

## ATA N.º 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR- 2013

Ata da segunda Reunião Ordinária do Egrégio Conselho Superior, realizada no dia treze de dezembro de dois mil e treze, com início às nove horas, no Gabinete da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

1 Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e treze, com início às quatorze horas, no  
2 Gabinete da Defensoria Pública do Estado do Paraná, situada na Rua Alameda Cabral, 184, 6º  
3 andar, realizou-se a **SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO**  
4 **SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ**, com a presença dos  
5 Excelentíssimos Membros Natos: Presidente do Conselho, Dra. Josiane Fruet Bettini Lupion,  
6 Subdefensor Público Geral, Dr. André Ribeiro Giamberardino, Corregedor Geral, Dr. Sérgio  
7 Roberto Rodrigues Parigot de Souza e Ouvidora Geral, Maria de Lourdes “Santa” de Souza.  
8 Presentes também os Membros Titulares: Dr. Dezidério Machado Lima, Dr. Erick Le Ferreira,  
9 Dr. Antonio Vitor Barbosa de Almeida, Dr. Nicholas Moura e Silva e Dr. Alexandre Gonçalves  
10 Kassama. Participou também da reunião a Presidenta da ADEPAR – Associação dos Defensores  
11 Públicos do Estado do Paraná, Thaísa Oliveira dos Santos. **DO EXPEDIENTE – A)**  
12 Cumprimentando a todos a Presidente abriu a sessão, fez a conferência do Quórum e instalou a  
13 reunião. **B)** Procedeu-se com a leitura da ata, onde foi solicitado alterações, portanto, protelou-se  
14 a assinatura. **C) Comunicações:** Dr. Nicholas informou que, conforme decisão na reunião de três  
15 de dezembro de dois mil e treze, redigiu o Comunicado acerca da atuação dos Advogados e  
16 Assessores Jurídicos na Defensoria Pública e encaminhou ao setor de Comunicação para que  
17 divulgassem via e-mail. O Dr. André comunicou que participou da IX Reunião do Conselho  
18 Nacional dos Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), onde conversou acerca da criação da  
19 carteira funcional dos Defensores Públicos do Paraná. Não sendo possível a imediata emissão  
20 dessa carteira por meio daquele Conselho, os Defensores desse Estado usarão uma carteira  
21 provisória a ser emitida pelo Instituto de Identificação do Paraná (IIPR), órgão que conforme o  
22 relator Erick precisa, para tanto, das especificações, como por exemplo, medidas do documento e  
23 material a usar. O Relator informou que conta com o auxílio da Defensoria do Estado de São  
24 Paulo para obter essas especificações. O Dr. André comunicou ainda que, nessa mesma reunião,  
25 foi informado da necessidade de indicação de Defensor Público para participar das Comissões do  
26 CONDEGE, são elas: Comissão Especializada de Escola Superiores das Defensorias Públicas  
27 (indicar representante em trinta dias), Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do  
28 Adolescente, Comissão Permanente de Execução Penal, Comissão de Defesa dos Direitos do  
29 Consumidor, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Comissão Criminal Permanente,  
30 Comissão de Defesa dos Direitos Sociais e Moradia e Questões Fundiárias e Comissão de Defesa  
31 dos Direitos Humanos. Ainda em suas comunicações, o Subdefensor falou sobre a Associação  
32 Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF) e sobre a reunião realizada por esse órgão em  
33 março de dois mil e treze na Cidade de Washington. Em seguida o Dr. Erick falou sobre a  
34 preocupação dos Defensores Públicos em relação à permanência da falta de estrutura na  
35 Defensoria Pública e pontua também que é necessária a busca de melhorias no acesso ao  
36 Processo Judicial Digital (PROJUDI), sistema que frequentemente se encontra dificuldades no  
37 acesso. A Dra Josiane fez a distribuição de protocolos aos devidos relatores. A seguir O Dr.  
38 Antônio, informado pelos Defensores da área de família, inteirou que foi substabelecido o nome  
39 desses Defensores nos procedimentos, acarretando assim, o corrimento do prazo dos processos  
40 em nome desses Membros. Como isso ocorreu indevidamente, a Dra. Josiane informou que o  
41 chefe de Gabinete, Dr. Fernando Redede, encaminhará Ofícios às Varas solicitando a suspensão  
42 dos prazos. Passando aos seus próximos informes, o Dr. Antônio esclareceu que alguns

43 Defensores ficaram preocupados com a sugestão de alguns colegas no sentido de se utilizar o  
44 trabalho do preso para os serviços de manutenção em algumas sedes da Defensoria, bem como  
45 da solicitação da presença da Polícia Militar em sedes. Representou os argumentos desses  
46 colegas apenas para pontuar e deixar consignado o intuito de se afastar a noção de que seria uma  
47 posição consensual e institucional. No que diz respeito a Polícia Militar, não obstante a  
48 importância dessa instituição, ela não se prestaria a vigia patrimonial dos bens materiais da  
49 Defensoria, pois sua função é de prevenção e repressão a delitos. Se fosse possível o  
50 deslocamento de efetivos militares para resguardar instituições, as próprias instituições  
51 renomeadas e essenciais a função da justiça não contrataria sua própria segurança. Além disso, a  
52 presença da Polícia Militar inibiria o acesso aos serviços da Defensoria, vez que a população e  
53 possíveis assistidos com mandado de prisão em aberto enfrentariam dificuldades de acessar os  
54 nossos serviços. Quanto à utilização do trabalho do preso, não se adentrou na questão político-  
55 ideológica que subjaz essa temática, mas apontou a simples constatação de que a Defensoria é  
56 órgão essencial à execução penal, tutelando os direitos do preso, estando ao lado dele e não  
57 numa posição em que eles prestariam serviços a Defensoria. Outrossim, seria constrangedor,  
58 como o colega Mauricio Faria Junior mencionou, que um Defensor, por exemplo, pleiteie a  
59 substituição de pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos de prestação de serviço  
60 a comunidade, e tempo depois esse mesmo reeducando ser visto prestando serviços gerais para a  
61 Defensoria. A instituição seria vista com reservas. Logo após, os conselheiros debateram sobre o  
62 assunto e entenderam por não solicitar efetivos da Polícia Militar. Ainda em suas comunicações  
63 o Dr. Antônio rememorou a necessidade de elaboração do Plano anual de atuação da Defensoria,  
64 solicitando que conste a importância de se elaborar esse plano e ser submetido ao Conselho  
65 Superior com base em propostas encaminhadas pela sociedade civil. A seguir o Dr. Nicholas  
66 solicitou que conste em Ata o seu pronunciamento da necessidade de planejamento para receber,  
67 com boa estruturação, os Defensores do Segundo Concurso Público a ser realizado pela  
68 Defensoria. Abriu-se espaço para o Dr. Ricardo Menezes da Silva, Defensor da Cidade de  
69 Paranaguá, relatar sobre a estruturação da Defensoria naquela cidade e questionar sobre o prazo  
70 para que isso ocorra, visto ser necessário alugar imóvel e tratar dos demais assuntos  
71 administrativos. **DA ORDEM DO DIA** – A sessão contém três itens de discussão e deliberação,  
72 são esses: **UM**. Retificação e criação dos Ofícios da Defensoria Pública. **DOIS**. Desagravo  
73 Marcelo Diniz. **TRÊS**. Remanejamento dos estagiários. **UM**- Os Conselheiros pronunciaram,  
74 conforme solicitações recebidas, a necessidade de alterações das áreas de atendimento em  
75 algumas cidades. Criou-se também a quinquagésima terceira, quinquagésima quarta e  
76 quinquagésima quinta Defensoria Pública, com atribuição para atuar nos casos de curadoria  
77 especial. Referente à criação dos órgãos de atuação em caráter extraordinário, houve a  
78 necessidade de votação se essa deliberação deverá ser revista ou não. Sete Conselheiros votaram  
79 a favor, sendo que o Dr. Nicolas enfatizou que deve haver um prazo fatal. O Dr. André votou por  
80 não haver o prazo. Estipulou-se a data de abril de dois mil e quatorze para rever a deliberação.  
81 Todas as alterações foram feitas e o relator apresentou a minuta final a qual seguiu para  
82 assinatura de todos. **DOIS**. O Dr. Dezidério sugeriu ouvir o réu em relação ao ocorrido no jogo  
83 entre Curitiba e Botafogo, e redigir um termo para que esse o assine. A sugestão foi aceita por  
84 todos. **TRÊS** - A Dra. Josiane, contando com a presença dos Defensores da área de Família,  
85 abriu a discussão sobre quantos estagiários são necessários para atuar com eles. Após análise,  
86 decidiu-se que a quantidade suficiente é dois. Nos informes a Presidente falou sobre o Ofício de  
87 Gabriel Rigoldi Vidal, empossado Defensor Público, onde solicita prorrogação do prazo para o  
88 exercício por mais vinte dias. O Ofício foi entregue ao Dr. Sérgio para análise. **C) - O**  
89 **encerramento da Sessão**: Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradeceu a presença de  
90 todos e deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Roseni Barboza dos Santos,  
91 Secretária Executiva do Conselho Superior, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada  
92 por mim, pela Presidente e por todos os presentes. Curitiba, 13 de Dezembro de 2013.

---

Roseni Barboza dos Santos

---

Josiane Fruet Bettini Lupion

---

André Ribeiro Giamberardino

---

Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza

---

Maria de Lourdes “Santa” de Souza

---

Dezidério Machado Lima

---

Erick Le Ferreira

---

Antonio Vitor Barbosa de Almeida

---

Nicholas Moura e Silva

---

Alexandre Gonçalves Kassama

---

Thaísa Oliveira dos Santos